

# Para Kandir, País precisa ampliar competitividade

Ministro afirma que governo está adotando as medidas necessárias para defender o real

**E**a seguinte a íntegra do discurso feito pelo ministro do Planejamento, Antonio Kandir, ontem, durante anúncio do pacote econômico governo federal que tem por objetivo produzir um ganho fiscal de cerca de R\$ 20 bilhões este ano e em 1998:

Em momentos como esse, é absolutamente fundamental que o governo expresse, com absoluta clareza, as suas intenções e o que está fazendo. Por essa razão, ainda que seja uma exposição breve, eu gostaria de deixar bem claro a organização dessa exposição. Primeiro, eu gostaria de deixar bem claro o que está sendo feito; em segundo lugar, porque está sendo apresentado esse conjunto de medidas; em terceiro lugar, quais são os principais números relativos a essas medidas que nós estamos apresentando; em quarto lugar, quais são as principais medidas; em quinto lugar, o enfoque adotado por essas medidas e, finalmente, quais são as consequências esperadas e os fatos futuros.

Em primeiro lugar, com relação ao que de fato nós estamos agora anunciando. Não

há a menor dúvida que uma parte importante, a mais importante, sem dúvida nenhuma, o esforço fiscal bastante forte. Mas é preciso dizer que, ao lado dessas medidas que implicam um conjunto de iniciativas, que implicam um esforço fiscal forte, nós estamos criando as condições para aumentar a musculatura do País para enfrentar o desafio de competitividade.

Por essa razão é que estão sendo tomadas também medidas importantes no sentido de ampliar fortemente o nosso esforço de exportações. Ao lado disso, são tomadas também medidas no sentido de valorizar a produção nacional, aumentar a defesa da economia brasileira com relação às importações de natureza fraudulenta. Por essa razão, uma das medidas é o estabelecimento de um processo de valorização aduaneira que permitirá o combate claro e inequívoco a todas as importações subfaturadas.

Ao lado disso, estão sendo tomadas medidas também importantes no sentido de estimular fortemente as pequenas e médias empresas através de criações objetivas para seguro nas operações de empréstimos às pequenas e médias empresas. Ao lado disso, estamos também tomando medidas importantes no que diz respeito ao programa de privatizações. O que nós estamos procurando estabelecer claramente é uma ampliação bastante substancial do programa de privatizações como vou apresentar em seguida.

Em segundo lugar, porque isso está sendo feito. Esse conjunto de medidas, é preciso dizer com toda clareza, nós estamos enfrentando, o mundo inteiro enfrenta, um momento de enorme desafio. As crises dos diversos países do Sudeste Asiático são crises que poderão ainda ter desdobramentos importantes. E é por essa razão que o governo precisa se preparar e criar as condições para uma mobilização nacional no sentido de criar um conjunto de garantias para que o real permaneça uma moeda forte. A idéia, a importância de se criar uma série de condições para que o real seja forte, não é uma questão do presidente da República, uma questão da equipe econômica ou da equipes de governo.

A sociedade brasileira conquistou uma moeda forte e precisa realmente enfrentar,

com todo vigor e com toda organização, esse desafio internacional. Nós não somos um país avestruz, nós pretendemos enfrentar essa crise de frente. Essa crise, certamente daqui a algum tempo, dividirá os países entre aqueles países que tiveram a coragem de enfrentar a crise de frente e reconhecer que são necessários alguns esforços no curto prazo para que dão resultados importantes em termos de crescimento a médio e longo prazo e não fazer de conta que a crise não existe, olhá-la de lado e, mais cedo ou mais tarde, ter o afrofundamento da crise como, infelizmente, alguns países estão enfrentando no Sudeste Asiático. Vários desses países estão com a desvalorização de suas moedas, de 40%, 50%, 60%. Estão enfrentando desestruturações nos seus sistemas financeiros. Aqui, não. Aqui, nós estamos procurando enfrentar e demonstrar, com toda clareza, qual é de fato a situação, porque nós estamos tomando essas medidas. É isso que o Matos, o Amauri, o Pedro Parente, o José Roberto Mendonça vão detalhar para os senhores por que está sendo tomada cada uma das 50 medidas que estão sendo apresentadas, o porquê elas são necessárias para enfrentar essa situação.

Em terceiro lugar, eu queria dar uma idéia bastante geral dos principais números.

Nós estamos falando de um esforço, como disse o ministro Malan, de pelos menos R\$ 20 bilhões, ou seja, na verdade, vocês vão ver nessas listas que muitas das iniciativas não estão com seu valor, a sua expectativa de valor, estabelecida. Nós fizemos um cálculo básico e esse cálculo bá-

sico estabelece com segurança que nós teremos um esforço fiscal da ordem de R\$ 20 bilhões. Esse esforço, a nível do governo federal, será da ordem de R\$ 11,8 bilhões; a nível das empresas estatais, será de R\$ 4,8 bilhões e a nível do Estados um ganho da ordem de R\$ 3 bilhões.

No que diz respeito ao governo federal, esses R\$ 11,8 bilhões são predominantemente de cortes, de cortes no conjunto das despesas de governo central, que chegarão a R\$ 5,2 bilhões. Haverá uma redução de incentivos fiscais correspondentes a R\$ 550 milhões, um aumento de tarifas da ordem de R\$ 3,1 bilhões, um aumento de contribuições e impostos da ordem de R\$ 1,5 bilhão e um aumento das receitas patrimoniais de R\$ 1,3 bilhão. Com relação ao enfoque, é preciso ser dito, com toda clareza, o seguinte: as medidas que estão sendo apresentadas vocês vão receber tabelas que especificam medida por medida qual é o ganho fiscal que haverá, ou seja, não é feito um número assim só da ordem de R\$ 20 bilhões.

Medida por medida, está apresentado objetivamente qual é o valor, ou seja, nós entendemos que essas medidas são perfeitamente realizáveis. Nós estimamos, como resultado mínimo, R\$ 20 bilhões. Então, a primeira característica dessas medidas é que elas são absolutamente realizáveis. Nós tivemos a preocupação de não fazer um exercício de apresentação genérica de medidas. Nós identificamos medida por medida. Por isso, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento andaram trabalhando, nos últimos 15 dias, com muito afinco.

Eu quero aqui, em meu nome e, acredito, certamente no do ministro Malan, agradecer o esforço extraordinário dessa equipe, muitos anônimos, que trabalharam noite e dia e conseguiram construir esse conjunto de iniciativas que concretamente, como disse, podem garantir um esforço



Luiz Paulo Lima/AE

Kandir: "Estamos criando condições para aumentar a musculatura do País e enfrentar o desafio de competitividade"

fiscal mínimo de R\$ 20 bilhões. É preciso dizer que nós trabalhamos todos esses dias para fazer um conjunto de medidas que fosse seletivo, ou seja, o corte não foi linear.

Nós tivemos a preocupação de realmente, em primeiro lugar, cortar mais custo do que investimentos. Custo, no que diz respeito ao Orçamento de 98, terá um corte da ordem de 15%, enquanto que os investimentos terão um corte da ordem de 6%. Nós dissemos que nós estamos fazendo um corte seletivo. Nesses 15% não entra a saúde, não entra a educação, não entra a reforma agrária, não entra a assistência social, ou seja, nós procuramos destacar exatamente esses quatro setores, voltando a insistir: saúde, educação, reforma agrária e assistência social, estão fora do corte de 15%. Nós concentraremos o corte mais para dentro da máquina do governo e menos os investimentos que atingem o objetivo de atender à sociedade.

Com relação a quais são as principais medidas, já disse que no caso de despesas nós procuramos cortar 15% no custo — preservando saúde, educação, assistência social e reforma agrária —, e nos investimentos, cortar 6%.

Com relação a outros cortes importantes que nós vamos fazer: nós vamos fazer uma revisão completa dos diversos serviços, dos contratos de prestação de serviços. Haverá um corte da ordem de 20%, o que deverá dar uma economia de R\$ 580 milhões. Haverá também a retirada de inúmeras pessoas que estão na folha de inativos, mas que não foram recadastradas. Estamos fazendo uma redução linear de 50% em todos os incentivos fiscais relativos a projetos novos que seriam aprovados. Sem nenhuma exceção.

No âmbito da privatização, é preciso dizer que nós vamos realmente reforçar muito fortemente o programa. Nós vamos instroduzir no Programa Nacional de Desestatização (estamos encaminhando uma resolução para o Conselho Nacional de Desestatização para ser aprovado e apresentar ao presidente) a entrada no programa de privatização de várias rodovias, ou seja, poder fazer a concessão de várias rodovias importantes, como, por exemplo, a Fernão Dias, a BR-116 (São Paulo a Curitiba), a Rodovia Feira

de Santana a Salvador, a Rodovia Anápolis-Goiânia.

Ao lado disso, vamos privatizar o IRB e vamos dar um novo enfoque a toda administração do patrimônio da União. Vocês sabem muito bem — esse é um tema que já foi colocado várias vezes em discussão — que nós temos um patrimônio de algumas dezenas de bilhões de reais. E o objetivo agora é dar uma grande celeridade ao processo de desestatização desse patrimônio. Nós vamos encaminhar uma resolução ao Conselho Nacional de Desestatização para encorajar ao BNDES a contratação de um serviço de consultoria para estudar diversos modelos de desestatização desse patrimônio de bilhões de reais, cuja administração poderá gerar alguns bilhões de reais por ano, na medida em que isso seja feito de maneira acelerada. E nós vamos fazer isso através do CND.

Vamos, também através do CND, dar um novo status ao Programa de Saneamento. Ou seja, nós vamos, num prazo curto de tempo, realmente criar condições para tentar aprovar o projeto de lei que cria as pré-condições para o avanço na área de saneamento. O saneamento, como vocês sabem, a maior parte das empresas são estatais, mas existe um óbice para o processo de privatização que é a não-existência de uma lei na área de regulação na área de saneamento. Esse projeto já está no Congresso Nacional e nós vamos dar urgência a esse projeto.

Ao lado disso, é importante destacar que na área de exportações nós estamos tomando basicamente três medidas fundamentais. Uma delas será explicada hoje pelo Banco Central, que é criar a possibilidade de antecipação de crédito de ACC para exportações indiretas. Ou seja, todos aqueles que produzem produtos a serem usados pelos estabelecimentos que exportam também

poderão se beneficiar de operações de antecipação de crédito de exportações. Isso terá um impacto extremamente expressivo no programa de exportações. E, diga-se de passagem, é bom deixar claro que as exportações brasileiras vinham crescendo de maneira muito expressiva, em função de um conjunto de iniciativas já tomadas.

Se vocês olharem o índice

para pequena e média empresas.

A questão era criar um fundo de aval para pequenas e médias empresas e nós estávamos tomando a decisão de fazer com que, através de uma medida provisória, um conjunto de ativos que o Banco Central tem disponível que corresponde à depósitos que não foram identificados; ou seja, o Banco Central procurou identificar as contas, foi feito um cadastramento, uma identificação com todas as informações das contas.

Na medida em que nós temos lá um estoque relativo superior a R\$ 600 milhões de contas não identificadas, nós vamos pegar R\$ 300 milhões e criar um fundo de aval para operações de crédito de pequenas e médias empresas. Isso deverá garantir operações de até R\$ 2,8 bilhões. Quer dizer, mesmo fazendo uma hipótese conservadora de uma inadimplência da ordem de 20%, na medida em que você garanta 60% das operações, com R\$ 300 milhões nós criamos as condições para financiar cerca de R\$ 2,8 bilhões. Isso significa que nesse esforço de ganho de competitividade, agora finalmente as pequenas e médias empresas terão, através desse fundo de aval, condições de financiamento para produzirem de maneira cada vez mais competitiva.

Eu queria terminar ressaltando alguns pontos que o ministro Malan já destacou. Nós estamos fazendo tudo isso porque o presidente Fernando Henrique tem, como sua missão principal, garantir todas as condições para que o real esteja forte. Nós, em nenhuma hipótese, vamos vacilar sobre tomar medidas que podem ser populares ou não, mas que são necessárias. Nós não estamos tomando aqui um conjunto de medidas possíveis, nós estamos tomando um conjunto de medidas necessárias para manter o real forte. E nós temos todas as condições de, se for necessário, tomar eventualmente novas medidas.

Mas o importante neste momento é que de fato nós podemos dar avanços maiores nesse processo de estabilização, através da aprovação das reformas. E o que é preciso dizer é que nós, através desse conjunto de medidas, es-

tamos criando condições para uma maior poupança interna do governo. Mas, ao mesmo tempo, abrindo espaço para um maior crescimento econômico a partir do setor privado, através de um esforço forte de exportações, através de um espaço maior para pequenas e médias empresas e também para uma abertura importante na área de alguns setores altamente empregadores, como a construção civil. E aproveito esta oportunidade para dizer do empenho do governo para que, nesta semana, o Senado Federal aprovem o Sistema de Financiamento Imobiliário. A aprovação do SFI deverá gerar a oportunidade de investimentos, no ano que vem, na construção civil, de pelo menos R\$ 4 bilhões, o que terá um impacto importantíssimo em termos de geração de emprego.

Eu queria terminar reafirmando isso: o Brasil não é um país-avestruz, o Brasil realmente hoje quer e vai tomar todas as medidas necessárias para manter o real forte e, ao mesmo tempo, criar condições para que a economia seja cada vez mais competitiva.

De um lado, criando condições, através, por exemplo, do processo de valorização aduaneira, de evitar toda e qualquer operação de subfaturamento de importações. E, ao mesmo tempo, um elenco importante de medidas para fortalecer as exportações e as pequenas e médias empresas.

Muito obrigado.